



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB

SEPN 505, Lote 2, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108, CEP: 70.730-540, Brasília/DF

Fone: (61) 3105-2076 / 2078; Fax: (61) 3105-2082

E-mail: sec.executiva@cnrh-srh.gov.br

Ofício nº 13/2010/CTCOB/CNRH/MMA

Brasília, 10 de maio de 2010.

A Sua Senhoria o Senhor

SILVANO SILVÉRIO DA COSTA

Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

Assunto: Histórico sobre a elaboração das Minutas de Medida Provisória que tratam da vinculação da CFURH aos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos e do Descontingenciamento dos recursos destinados ao SINGREH.

Senhor Secretário Executivo,

1. A Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, em seu art.1º, ao determinar a distribuição mensal da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH para os Estados, não garante que tais recursos (45% dos 6,00% da CFURH) sejam destinados para os Fundos Estaduais de Recursos Hídricos – FERH, ocasionando assim, instabilidade e enfraquecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. Além disso, com relação ao percentual destinado ao SINGREH (0,75% da CFURH), grande parte é contingenciado pela União. Nesse sentido, a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB tem trabalhado para que tais recursos sejam aplicados efetivamente na política de recursos hídricos.

2. No Relatório 2008/2009 do Grupo Técnico de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos – GTAAC o assunto sobre o contingenciamento da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH é tratado da seguinte forma:

*Todos os recursos da CFURH são classificados na Lei Orçamentária Anual como fonte 134-Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos. Da fonte 134, deveriam ser repassadas para a ANA a parcela da cobrança pelo uso dos recursos hídricos para a geração de energia hidrelétrica (0,75%) e a parcela da CFURH destinada ao Ministério do Meio Ambiente–MMA (3% dos 6%). O repasse integral desse recurso não tem ocorrido porque trata-se de um recurso sujeito ao **contingenciamento**. O contingenciamento é um procedimento empregado pela Administração Pública para assegurar o equilíbrio orçamentário, ou seja, assegurar o equilíbrio entre a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos. A parcela a ser alocada na reserva de contingência é definida na Lei Orçamentária Anual e fica indisponível para aplicação pelo órgão ao qual se destina. As prioridades de aplicação dos recursos dos 0,75% são definidas*

pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH em articulação com os Comitês de Bacias Hidrográficas (§ 4º do art. 21 da Lei nº 9.984, de 2000), conforme as diretrizes dadas pelo art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, ou seja, no financiamento de estudos, programas, projetos e obras constantes nos Planos de Recursos Hídricos. Do total arrecadado, até 7,5% pode ser aplicado no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (§ 1º do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997)

3. Na 63ª Reunião da CTCOB, realizada nos dias 5 e 6 de outubro de 2009, a Agência Nacional de Águas – ANA apresentou um minuta de Projeto de Lei – PL, tratando da vinculação da CFURH aos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos. Como encaminhamento dessa reunião, a CTCOB transformou essa minuta de PL em duas minutas de Medida Provisória – MP:

a) Relacionada aos Fundos Estaduais de Recursos Hídricos com a vinculação de percentuais gradativos dos recursos da compensação financeira do setor elétrico;

b) Relacionada aos recursos decorrentes dos 0,75% do setor elétrico a título de pagamento pelo uso dos recursos hídricos. Esses valores, hoje parcialmente contingenciados, seriam migrados para a Fonte nº 116 como cobrança pelo uso dos recursos hídricos do setor elétrico.

Foi criado, inclusive, um Grupo Virtual dentro da CTCOB para contribuir com nova redação às minutas de MP. A Secretaria Executiva propôs que tais documentos fossem encaminhados como Moção.

4. Nos dias 24 e 25 de fevereiro de 2010, em sua 64ª reunião, a CTCOB apreciou as duas propostas de Medida Provisória e aprovou seu encaminhamento para a Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais – CTIL.

5. Essas propostas de Medida Provisória foram apreciadas e aprovadas pela CTIL em sua 116ª Reunião, realizada nos dias 7, 8 e 9 de abril de 2010.

6. Encaminhamos o presente histórico para conhecimento do Plenário deste Conselho.

Atenciosamente,



RODRIGO SPEZIALI DE CARVALHO
Presidente da CTCOB